

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Alterações significativas	12
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	44
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	49
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	50
10.5 - Políticas contábeis críticas	51
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	53
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	54
10.8 - Plano de Negócios	55
10.9 - Outros fatores com influência relevante	57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia possui uma política específica de auditoria interna e gestão de riscos, aprovada pelo gerente executivo de auditoria e compliance do Grupo econômico do qual a Companhia faz parte em 04 de abril de 2014.

A política tem por finalidade descrever as atividades das áreas de Auditoria Interna, Controle Interno e Gestão de Riscos, que por sua vez possuem como objetivo garantir o bom funcionamento do ambiente de controles internos e melhorar o desempenho das linhas de negócio, por meio do mapeamento e avaliação de riscos, revisão de processos e controles, identificação de oportunidades de melhoria e follow-up sobre as ações acordadas com as áreas auditadas, apoiando o negócio e avaliando com total imparcialidade e objetividade.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da política é promover a identificação, análise, mitigação e remediação de riscos relacionados à atividade empresarial da Companhia. A Companhia acredita que a gestão de riscos empresariais é essencial para o êxito de seus objetivos empresariais.

i. Riscos para os quais se busca proteção

Conforme já mencionado no item 4.1., busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração. Sendo os principais destacados abaixo:

- **Estratégicos:** São aqueles que podem impactar os objetivos de longo prazo e estratégias de negócios, relacionadas ao processo de criação de valor aos acionistas, colaboradores e comunidade. Envolvem também os riscos relacionados à imagem e ao ambiente de controle (ex.: cumprimento do Código de Ética, funcionamento de comitês, sistemas de TI).
- **Financeiros/Operacionais:** Relacionados à utilização efetiva dos recursos disponíveis, objetivando o lucro e a proteção dos ativos contra perdas por erros ou atitudes intencionais (fraude). Nesta categoria incluem-se os riscos financeiros, tais como os relacionados às exposições cambiais, operações de hedge, restrições impostas em contratos financeiros, financiamentos em geral, emissão de títulos de dívida ou ações, contratação de seguros, taxas de juros e flutuações de preços (ex.: falta de processos adequados de aprovação, falta de reconciliação de transações, operações em moeda estrangeira, preços de commodities, redução de margem de contribuição, acessos indevidos a transações de sistemas etc.).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Compliance/Reporte: Todas as atividades estão sujeitas às leis e regulamentos. O risco de compliance é aquele que, se concretizado, pode resultar em autuação fiscal, trabalhista, ambiental, financeira, criminal, entre outras. Abrange o atendimento à Lei Anticorrupção brasileira, Lei Sarbanes Oxley (SOX), Lei Anticorrupção (FCPA) e UK Bribery Act, às quais a Companhia se sujeita. Abrange também os riscos que podem impactar as demonstrações financeiras da empresa, sejam elas destinadas ao processo de tomada de decisão ou destinadas ao mercado, em todas as suas variações.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia e suas controladas mantêm estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais, como Controle Interno, SSMA (Saúde Segurança e Meio Ambiente), Gestão de Crises e Gestão de Riscos e as utiliza como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave da Companhia, parametrizações pré determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação destes riscos. Também é utilizada, quando aplicável, a contratação de seguros para os riscos operacionais descritos no item 4.1., como o risco “O transporte e armazenamento de gás natural envolvem riscos que podem resultar em acidentes e outros riscos e custos operacionais que poderão afetar os resultados operacionais, fluxo de caixa e a situação financeira da Comgás”, em que a Companhia possui seguros contratados para cobertura das perdas em caso de materialização deste risco.

A atuação em conjunto, das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

Para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado, avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

- **Evitar:** Quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- **Reduzir:** Quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso, etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- **Compartilhar:** Quando o risco é dividido com uma contraparte externa à Companhia. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- **Aceitar:** Quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O entendimento dos riscos e adoção de ações como resposta é de responsabilidade de todos os gestores da Companhia.

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria, o qual é composto tanto por membros da Companhia como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gere seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que a Companhia está exposta.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

iii. Estrutura Organizacional de gerenciamento de riscos

A área de auditoria interna, controle interno, riscos e compliance, que está subordinada ao Comitê de Auditoria e Presidente do Conselho de Administração, tem a responsabilidade de: (a) implantar e gerir o Canal de Ética da Companhia e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação as Leis e Políticas Internas; (c) realizar follow up planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar savings e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos; (g) disseminar a cultura de Controles Internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

Há, ainda, os comitês de assessoramento ao conselho de administração, que a este estão subordinados e que fazem o acompanhamento de negócios e condutas da Companhia, inclusive no que toca ao gerenciamento de riscos a que ela está sujeita. São estes o Comitê de Auditoria e o Comitê de Gestão de Riscos.

No âmbito do gerenciamento de riscos da Companhia, destaca-se a atuação do Comitê de Auditoria, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; e (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria da Companhia desempenha a função de verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade da política de gerenciamento de risco. Destaca-se, nesse sentido, que a Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, aprovada em 19 de Janeiro de 2016 em Reunião de Diretoria. Adicionalmente, a Companhia segue uma Política de Tesouraria, previamente aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2014.

(b) Objetivos e Estratégias

i. Riscos para os quais se Busca Proteção

A Companhia busca proteção contra as flutuações na taxa de câmbio e as oscilações nas taxas de juros, que afetam diretamente o seu ativo e passivo. Tal proteção é feita por meio de operações de proteção e aplicações financeiras vinculadas diretamente às taxas de juros, propiciando à Companhia um mecanismo natural de proteção.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao Dólar, oscilações averiguadas na margem estipulada são revisadas e repassadas aos consumidores da Companhia.

ii. Estratégia de Proteção Patrimonial (HEDGE)

A Companhia adota uma atitude defensiva com relação ao risco de exposição cambial, para proteger seu caixa e resultados financeiros, utilizando instrumentos financeiros derivativos. Não é permitida a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, mas tão somente para proteção de riscos acima identificados. Deve ser levada em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos derivativos a serem negociados para uma correta avaliação se, mesmo após tributação, ainda são adequados às necessidades da Companhia.

Risco Cambial: A Companhia celebra contratos de câmbio futuro (non-deliverable forwards) e de swaps de moedas para reduzir o risco cambial de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de swap de taxas de juros. Quando não houver swap cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível. Atualmente a Companhia está autorizada a contratar somente instrumentos de non-deliverable forwards e swaps para fins de proteção patrimonial.

Risco de taxas de juros: Com relação à taxa de juros, a Companhia celebra contratos de swaps por meio dos quais troca posições pré-fixadas para pós-fixadas, além de troca de indexadores. De modo a evitar tal risco, a Companhia poderá operar com taxas de juros pós-fixadas em Reais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Risco de liquidez: Com relação ao risco de liquidez, a Companhia busca manter a taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia poderá utilizar instrumentos derivativos. Ainda, de modo a administrar tal risco, a Companhia mantém linhas de créditos adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo em instituições de primeira linha com liquidez diária.

iii. Instrumentos Utilizados para Proteção Patrimonial (HEDGE)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

Swaps de taxas de juros: Exemplo: IPCAxDI.

Swaps de moedas: Exemplo: Euro x Reais; Dólar x Reais, etc.

Non-deliverable Forwards / FRA (Forward Rate Agreement): Exemplo: Dólar x Reais / *Libor floating* x taxa fixa.

Em relação aos swaps cambiais contratados pela Companhia, estes transformam na prática o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos swaps são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os swaps são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação. São considerados swaps sem caixa.

Os valores e demais características dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados de forma resumida a seguir.

Descrição	Contraparte	Moeda Original	Ativo	Passivo	Vencimento Final
EIB II - Primeira liberação	Bancos diversos	USD	VC + 3,881% a.a.	94,34% do CDI	Junho de 2020
EIB II - Segunda liberação	Bancos diversos	USD	VC + 2,936% a.a.	95,20% do CDI	Setembro de 2020
EIB II - Terceira liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,483% a.a.	88,47% do CDI	Mai de 2021
EIB II - Quarta liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,549% a.a.	81,11% do CDI	Setembro de 2021
SCOTIABANK -Resolução 4131	SCOTIABANK	USD	VC + 2,78% a.a.	31,00% do CDI	Março de 2018
TOKYO - Resolução 4131	TOKYO	USD	VC + 2,8114% a.a.	100,00% do CDI + 0,6% a.a.	Fevereiro de 2018
3ª Emissão de debênture - 2ª Série	MERCADO	BRL	IPCA + 5,10 a.a.	92,30% do CDI	Setembro de 2018
3ª Emissão de debênture – 3ª Série	MERCADO	BRL	PCA + 5,57 a.a.	94,95% do CDI	Setembro de 2020

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

iv. Parâmetro Utilizado para o Gerenciamento desses Riscos

As operações financeiras realizadas, incluindo as operações de derivativos, devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deve sempre existir uma exposição que justifique a contratação da operação. O gerenciamento dos riscos acima identificados é, portanto, preponderantemente defensivo, visando à redução do risco e não à especulação. O uso de derivativos para a redução de riscos é permitido, desde que em condições aceitáveis, de acordo com a política vigente de uso de derivativos.

A Companhia sempre avalia as alternativas de captação existentes com vistas a aproveitar as melhores oportunidades em termos de custos e demais condições, além de garantir um “mix” adequado de fontes de financiamento para evitar a dependência de uma única fonte. A Companhia busca também evitar concentrações de vencimentos em um mesmo período, tendo em vista a possibilidade de falta de oferta de linhas disponíveis no mercado financeiro. A Companhia acompanha constantemente o cumprimento de obrigações assumidas em instrumentos contratuais, principalmente em determinados “*financial covenants*”.

Quanto aos riscos de crédito, a Companhia avalia trimestralmente e aprova anualmente as contrapartes com as quais negocia operações de cash management, floating, câmbio, investimentos financeiros, arrecadação bancária e operações de derivativos, atribuindo preventivamente para cada instituição financeira um limite máximo de exposição.

Análise de sensibilidade relativa a flutuações na taxa de câmbio

A Companhia, conforme determinado na Instrução da Instrução Normativa CVM nº 475, desenvolveu uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos. As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados nas demonstrações financeiras referentes, devido à subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises. A tabela abaixo apresenta as variações que podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Companhia:

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 31 de dezembro de 2016.

Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.

- Cenário I (provável) - manutenção nos níveis das curvas de juros e câmbio conforme observado em 31 de dezembro de 2016 por consultoria especializada.
- Cenário II 25% - deterioração em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2016.
- Cenário III 50% - deterioração em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2016

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

		Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)				
		Cenários				
		Provável	-25%	-50%	25%	50%
Em 31 de dezembro de 2016		3,60	2,70	1,80	4,50	5,40
Exposição de taxa de câmbio	Fator de risco	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Derivativos de taxa de juros e câmbio (*)	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	106.719	(175.027)	(456.774)	388.466	670.213
Empréstimos e financiamentos	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	(106.719)	175.027	456.774	(388.466)	(670.213)
Impactos no resultado do período			-	-	-	-

(*) para efeito de análise de sensibilidade só é considerado o câmbio.

A taxa de câmbio para o cenário provável utilizada até as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 era a taxa de fechamento do último dia útil do mês de referência (Ptax). A partir das Informações Trimestrais de 31 de março de 2016, decidimos utilizar a taxa de câmbio futuro para 365 dias por entender que esta taxa seria a mais adequada para demonstrar a análise de sensibilidade do câmbio nos próximos 12 meses.

Análise de sensibilidade relativa a flutuações na taxa de juros

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

		31/12/2016				
Exposição taxa de juros	Saldos	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Aplicações financeiras	2.070.876	237.737	(59.434)	(118.868)	59.434	118.868
Títulos e valores mobiliários	202.485	23.245	(5.811)	(11.623)	5.811	11.623
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.070.075)	(428.502)	107.125	214.251	(107.125)	(214.251)
Derivativos	437.137	437.137	109.927	167.516	2.674	(47.557)
Impactos no resultado do período		269.617	151.807	251.276	(39.206)	(131.317)

i) os índices de CDI e TJLP considerados 14,13% e 7,50%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

v. Operação com Instrumentos Financeiros com Objetivos Diversos de Proteção Patrimonial (HEDGE) e quais são esses Objetivos

Não aplicável, pois de acordo com a Política de Tesouraria, os instrumentos financeiros devem ser usados sempre para fins de proteção de riscos previamente detectados ou existentes, e nunca como especulação ou fonte de renda, não havendo, portanto, previsão para uso de instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**vi. Estrutura Organizacional de Controle de Gerenciamento de Riscos**

O gerenciamento de riscos de mercado é liderado pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores (CFO). A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A área de Controles Internos responsável pela gestão de riscos tem como principais atribuições mapear e avaliar, em conjunto com os gestores dos processos, os controles internos necessários para mitigar os riscos operacionais, financeiros e estratégicos inerentes a operação da Companhia, bem como assegurar a aderência às leis, regulamentações, políticas e procedimentos internos através de sua estrutura de controles internos existente. Adicionalmente, tem como responsabilidade reportar o resultado desta avaliação à alta administração e acompanhar os planos de ação elaborados para remediar deficiências identificadas nos processos.

O gerenciamento de riscos associados das operações financeiras é realizado por meio da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição.

O gerenciamento dos riscos corporativos é monitorado por uma comissão multidisciplinar que se reporta diretamente à Diretoria da Companhia. Esta comissão discute constantemente mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades.

A Companhia conta ainda com a atuação de auditoria interna, subordinada hierarquicamente ao CFO e ao Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes reportando o seu resultado à alta administração da Companhia e ao Comitê de Auditoria.

(c) Adequação da Estrutura Operacional e Controles Internos para Verificação da Efetividade da Política Adotada

As áreas da Companhia que estão expostas aos riscos de mercado monitoram constantemente os seus riscos, conforme mencionado anteriormente, em conjunto com a área de Controles Internos e Auditoria Interna, sempre reportando as ações à Diretoria e ao Conselho de Administração em reuniões periódicas.

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos são adequados para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos, uma vez que seus controles são condizentes com os respectivos controles internos relacionados ao gerenciamento de riscos adotados por companhias de porte semelhante ao da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Práticas da organização relativas ao seu sistema de controles internos.

A Companhia possui em sua estrutura organizacional uma área de Auditoria, Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance que, dentre outras responsabilidades, é responsável pelo estabelecimento, manutenção e avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade do Diretor Financeiro, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016, assim como para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com base nesta avaliação, concluiu que os controles são eficazes.

(b) Estrutura de gerenciamento de controles internos.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia possui uma área de Auditoria, Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance, que está subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tendo a responsabilidade de: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação as Leis e Políticas Internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos; (g) disseminar a cultura de Controles Internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

(c) Supervisão do grau de eficiência dos controles internos.

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria, ao Presidente do Conselho de Administração e a Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela Auditoria Interna. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as regras da Lei Sarbanes-Oxley ("SOX").

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(d) Deficiências e recomendações indicadas pelo auditor independente.**

Os diretores da Companhia informam que a KPMG Auditores Independentes não identificou durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras, deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia, que pudessem afetar o seu parecer sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O mesmo resultado foi obtido pela KPMG Auditores Independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As avaliações conduzidas pela área de Auditoria Interna também não identificaram deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia no período supracitado.

Com base nessas cartas de controles internos, os Diretores da Companhia não tem conhecimento de aspectos que pudessem afetar de maneira significativa à adequação de suas demonstrações financeiras.

(e) Medidas adotadas para correção das deficiências reportadas.

Conforme mencionado na seção anterior, a KPMG Auditores Independentes não identificou deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes com relação a este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Comentários dos nossos Diretores sobre:

Os valores constantes desta seção 10 foram extraídos das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

A. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia é a maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil de acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - ABEGAS. Em 31 de dezembro de 2016, sua carteira era composta por 1.685.261 clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração (1.573.696 em 31 de dezembro de 2015). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia distribuiu 4.323 milhões de metros cúbicos (5.211 milhões de metros cúbicos no mesmo exercício de 2015), por meio de uma rede de mais de 15 mil quilômetros. Sua receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 5,6 bilhões e o lucro líquido ficou em R\$ 901 milhões.

A Companhia está sujeita às regras da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, com a qual mantém contrato de concessão desde maio de 1999, época de sua privatização. O acordo tem duração até 2029, podendo ser prorrogado por mais 20 anos, e refere-se à distribuição de gás natural para as Regiões Metropolitana de São Paulo, Região Administrativa de Campinas, Vale do Paraíba e Baixada Santista – área que abriga 177 municípios, responsáveis por aproximadamente 26% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de acordo com o IBGE. A Companhia vem expandindo a sua rede de distribuição desde a privatização e atualmente está presente em 87 cidades. Com o contínuo crescimento de sua rede de distribuição de gás, novas cidades da área de concessão serão atendidas no futuro.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía patrimônio líquido de R\$ 2.591 milhões, representando um decréscimo de 18,57% em relação aquele apresentado em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.181 milhões). O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 901 milhões e o EBITDA de R\$ 1.965 milhões, enquanto que o lucro líquido no exercício social do ano anterior totalizou R\$ 699 milhões e o EBITDA foi de R\$ 1.530 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía patrimônio líquido de R\$ 3.181 milhões, representando um aumento de 2,33% em relação aquele apresentado em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 3.109 milhões), o qual por sua vez aumentou 17,0% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.656 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 699 milhões e EBITDA de R\$ 1.530 milhões, enquanto o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 612 milhões e EBITDA R\$ 1.435 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava endividamento líquido (Empréstimos e financiamentos + Derivativos + Debêntures – Caixa e equivalentes de caixa) de 1.322 milhões, valor esse que representava 0,51 vezes o patrimônio líquido, 0,67 vezes o EBITDA IFRS e 1,19 vezes o EBITDA Normalizado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava endividamento líquido (Empréstimos e financiamentos + Derivativos + Debêntures – Caixa e equivalentes de caixa) de R\$ 1.190 milhões valor esse que representava 0,37 vezes o patrimônio líquido, 0,78 vezes o EBITDA IFRS e 0,78 vezes o EBITDA Normalizado. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$ 1.829 milhões valor esse que representava 0,59 vezes o patrimônio líquido, 1,28 vezes o EBITDA IFRS e 1,22 vezes o EBITDA Normalizado do exercício, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava índice de liquidez corrente de 1,52, enquanto em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, este índice era de 1,36 e 1,24, respectivamente.

B. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) Hipóteses de resgate; (ii) Fórmula de cálculo do valor do resgate

O setor de distribuição de gás canalizado requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta por 41,63% de capital próprio e 58,374% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2015, a estrutura de capital da Companhia era composta por 50,18% de capital próprio e 49,82% de capital de terceiros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2016	31/12/2015
Capital próprio		
Capital social	1.312.376.553,11	1.143.548.396,09
Reserva de capital	395.133.067,39	563.961.224,41
Reserva de lucros	89.799.717,58	826.376.470,92
Reserva de reavaliação	6.051.936,67	6.363.197,7
Ganhos e perdas atuariais	-113.711.183,63	-57.699.815,03
Resultado no período	901.098.961,02	698.852.413,61
Patrimônio líquido	2.590.749.052,14	3.181.401.887,75
Capital de terceiros (*)	3.632.937.261,70	3.158.034.531,27
Passivo circulante	1.985.146.162,64	2.047.973.246,67
Passivo não circulante	4.092.897.800,61	3.638.655.508,80
Total do Passivo	6.078.043.963,25	5.686.628.755,47
Caixa, equivalentes de caixa e aplicação financeira	2.310.821.252,75	1.967.642.960,14
Passivo líquido total (**)	3.767.222.710,50	3.718.985.795,33
Total do passivo e patrimônio líquido	8.668.793.015,39	8.868.030.643,22

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos e financiamentos + Debêntures não conversíveis (**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2015, a estrutura de capital da Companhia era composta por 50,18% de capital próprio e 49,82% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2014, a estrutura de capital da Companhia era composta por 52,58% de capital próprio e 47,42% de capital de terceiros.

	31/12/2015	31/12/2014
Capital próprio		
Capital social	1.143.548.396,09	1.002.858.265,25
Reserva de capital	563.961.224,41	704.651.355,25
Reserva de lucros	1.525.228.884,53	1.452.646.402,86
Reserva de reavaliação	6.363.197,75	7.522.393,21
Ganhos e perdas atuariais	-57.699.815,03	-58.816.851,83
Patrimônio líquido	3.181.401.887,75	3.108.861.564,74
Capital de terceiros (*)	3.158.034.531,27	2.803.249.392,50
Passivo circulante	2.047.973.246,67	1.497.371.292,05
Passivo não circulante	3.638.655.508,80	3.034.190.382,53
Total do Passivo	5.686.628.755,47	4.531.561.674,58
Caixa, equivalentes de caixa e aplicação financeira	1.967.642.960,14	973.707.574,68
Passivo líquido total (**)	3.718.985.795,33	3.557.854.099,90
Total do passivo e patrimônio líquido	8.868.030.643,22	7.640.423.239,32

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos e financiamentos + Debêntures não conversíveis (**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa.

Os Diretores entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

(i) Hipóteses de resgate. (ii) Fórmula de cálculo do valor do resgate

Os Diretores informam que o estatuto social da Companhia não vislumbra a possibilidade de resgate das ações preferenciais classe “A” e das ações ordinárias, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia informam que, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora os Diretores não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

Historicamente, a Companhia vem obtendo fluxos de caixa positivos resultante do exercício de suas atividades operacionais. O fluxo de caixa líquido de suas atividades operacionais atingiu os montantes de R\$ 2.087,7 milhões; R\$ 2.138.1 milhões e R\$ 1.483.1 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 respectivamente.

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores da Companhia informam que a estratégia de financiamento de seus investimentos se baseia em linhas de longo prazo, captando financiamento a custos competitivos, principalmente por meio do mercado de capitais, por meio de emissão de títulos de dívidas, e financiamentos com bancos comerciais e agências de fomento. Os financiamentos têm como objetivo fazer frente aos investimentos da expansão e manutenção da Companhia em todos os seus mercados de atuação.

Para maiores informações vide item 10(f).(i)., abaixo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Os Diretores da Companhia informam que não houve necessidade de financiamento do capital “para cobertura de deficiências de liquidez” ao longo de 2016.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os Diretores da Companhia acreditam que o nível de endividamento está adequado face:

- (a) Às necessidades financeiras requeridas em seu plano de negócios; e
- (b) Sua estratégia de estrutura de capital.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2016, o montante total de dívida não incluindo os derivativos da Companhia, de qualquer natureza, somava R\$ 4.070 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, somavam respectivamente, R\$ 3.823 milhões e R\$ 3.133 milhões. A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da Companhia nas datas em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Curto Prazo	483	577	466
Moeda Estrangeira	108	199	239
Moeda Nacional	375	377	228
Longo Prazo	3.587	3.246	2.667
Moeda Estrangeira	912	1.140	919
Moeda Nacional	2.675	2.106	1.748
Total Geral	4.070	3.823	3.133

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo demonstra os prazos de amortização dos principais empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia de 2016 a 2021 em diante:

Período findo em 31/12/2016 (R\$ mil)	Até dez/17	Até dez/18	Até dez/19	Até dez/20	Até dez/21	Dez/21 em diante	Total
BNDES	303.174	244.821	263.374	223.375	23.701	43.452	1.101.896
EIB	97.923	152.361	145.299	140.038	77.340	-	612.961
Debêntures	71.443	370.492	126.234	83.500	284.302	1.011.941	1.947.912
Res.4131	11.301	396.005	-	-	-	-	407.306
	483.841	1.163.679	534.907	446.912	385.343	1.055.393	4.070.075
Dívida Total Consolidada	12%	29%	13%	11%	9%	26%	100%

Período findo em 31/12/2015 (R\$ mil)	Até dez/16	Até dez/17	Até Dez/18	Até Dez/19	Até Dez/20	2021 diante	Total
BNDES	348.855	286.902	229.845	228.664	190.553		1.284.818
EIB	186.007	170.634	168.122	160.906	128.400	54.946	869.014
Debêntures	28.397	66.156	337.949	116.488	332.240	316.960	1.198.190
Res.4131	13.463	12.860	444.721	-	-	-	471.045
	576.722	536.552	1.180.636	506.058	651.193	371.906	3.823.067
Dívida Total Consolidada	15%	14%	31%	13%	17%	10%	100%

Período findo em 31/12/2014 (R\$ mil)	Até dez/15	Até dez/16	Até Dez/17	Até Dez/18	Até Dez/19	2020 diante	Total
BNDES	217.515	311.338	276.561	208.620	208.620	174.120	1.396.774
EIB	97.259	124.492	121.288	116.038	109.801	122.586	691.464
Debêntures	10.031	-	-	41.332	332.488	194.764	578.615
Res.4131	141.860	10.943	193.240	120.450	-	-	466.493
	466.665	446.773	591.089	486.440	650.909	491.470	3.133.346
Dívida Total Consolidada	15%	14%	19%	16%	21%	16%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiamentos Relevantes

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos contratos relevantes celebrados entre a Companhia e seus principais credores para os três últimos exercícios sociais, findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era parte em três contratos relevantes de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Estes contratos possuem fianças bancárias de bancos de primeira linha como garantia destes.

Em 09 de junho de 2009, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 665 milhões, dividido em seis subcréditos, todos remunerados por TJLP acrescida de 1,8% ao ano e de um spread de 1,0% ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, o custo efetivo deste financiamento era de 10,51%, em 31 de dezembro de 2015, o custo efetivo deste financiamento era de 9% e em 31 de dezembro de 2014, o custo efetivo deste financiamento era de 7,80%.

O principal da dívida decorrente do contrato será pago em 72 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de julho 2011, comprometendo-se a Companhia a liquidar a última prestação em 15 de junho de 2017. Estes recursos se destinam ao apoio ao plano de investimentos da Companhia para os anos 2009-2011, divididos em três partes: Expansão, Suporte Operacional e outros investimentos (que compreendem sistemas de informática, equipamentos e ampliação da estrutura administrativa – escritórios e bases de atendimento a clientes).

Em 02 de outubro de 2012, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$1,1 bilhão, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em cinco subcréditos, conforme segue abaixo:

- Subcrédito A: O valor contratado é de R\$ 775,8 milhões, com o custo de TJLP acrescido de um spread de 1,8% ao ano, acrescido de 1% ao ano a título de custo de captação. O prazo total é de sessenta e três meses, com início de amortização em 15 de agosto de 2015 e vencimento previsto para 12 de outubro de 2020.
- Subcrédito A1: O valor contratado é de R\$ 227,9 milhões, com o custo de juros à taxa de 1,8% ao ano, base 252 dias úteis, acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil. O prazo total é de sessenta e três meses, com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

início de amortização em 15 de agosto de 2015 e vencimento previsto para 12 de outubro de 2020.

- Subcrédito B: O valor contratado é de R\$ 97,3 milhões, com o custo de TJLP acrescido de um spread de 1,8% ao ano, acrescido de spread de 1% ao ano a título de custo de captação. O prazo total é de sessenta e três meses, com início de amortização em 15 de agosto de 2015 e vencimento previsto para 12 de outubro de 2020;
- Subcrédito B1: O valor contratado é de R\$ 28,6 milhões, com o custo de juros à taxa de 1,8% ao ano, base 252 dias úteis, acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil. O prazo total é de sessenta e três meses, com início de amortização em 15 de agosto de 2015 e vencimento previsto para 12 de outubro de 2020; e
- Subcrédito C: O valor contratado é de R\$ 5,6 milhões, com o custo de TJLP. O prazo total é de quarenta e oito meses, com início de amortização em 15 de novembro de 2014 e vencimento previsto para 15 de outubro de 2018.

Estes recursos se destinam ao apoio ao plano de investimentos da Companhia para os anos 2012-2014, destinado à expansão, modernização, remanejamento e reforço da rede de distribuição de gás canalizado e outros investimentos para dar suporte à operação da Companhia, dentro de todos os mercados em que a Comgás presta o serviço público de distribuição de gás.

Em 04 de setembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 370,6 milhões, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimento dos anos de 2015 a 2017. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos, conforme segue abaixo, todos com prazo final de vencimento em 15 de junho de 2023:

- Subcrédito A: O valor contratado é de R\$ 92,2 milhões, com o custo de TJLP acrescido de um spread de 2,0% ao ano. O prazo total é de sessenta meses, com início de amortização em 15 de julho de 2018 e vencimento previsto para 15 de junho de 2023.
- Subcrédito B: O valor contratado é de R\$ 153,6 milhões, com a remuneração de TJLP acrescido de um spread de 2,0% ao ano. O prazo total é de sessenta meses, com início de amortização em 15 de julho de 2018 e vencimento previsto para 15 de junho de 2023.
- Subcrédito C: O valor contratado é de R\$ 122,9 milhões, com a remuneração de 1,96% ao ano, referenciada na taxa SELIC. O prazo total é de sessenta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

meses, com início de amortização em 15 de julho de 2018 e vencimento previsto para 15 de junho de 2023; e

- Subcrédito D: O valor contratado é de R\$ 1,8 milhão, com a remuneração de TJLP. O prazo total é de sessenta meses, com início de amortização em 15 de julho de 2018 e vencimento previsto para 15 de junho de 2023. Sobre o valor total do contrato incidirá, a título de comissão por colaboração financeira, o valor de 0,3%.

Estes recursos se destinam ao apoio ao plano de investimentos da Companhia para os anos 2015 a 2017, destinado à expansão e saturação da rede de distribuição de gás natural, ao Plano de Investimento em Tecnologia e investimentos em algumas bases operacionais e de atendimento a clientes, para os subcréditos A, B e C e investimentos sociais no âmbito da comunidade na área de influência da Companhia para o subcrédito D.

Até 31 de dezembro de 2016, o BNDES havia desembolsado R\$ 114 milhões para a Companhia, valores referentes a esse contrato.

- Banco Europeu de Investimentos (EIB)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era parte em 2 contratos de financiamento junto ao Banco Europeu de Investimento (EIB) descritos abaixo, cuja estrutura de garantia se dá por fianças bancárias de bancos de primeira linha.

Em 26 de março de 2010, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao EIB no valor de EUR 100 milhões distribuídos em duas tranches. O custo da 1ª tranche é de 3,881% ao ano e o custo da 2ª tranche é de 2,936% ao ano. O principal da dívida decorrente do contrato será pago em 12 prestações semestrais, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas, sendo que a primeira prestação da 1ª tranche venceu em 11 de dezembro 2014 e a da 2ª tranche venceu em 23 de março de 2015, comprometendo-se a Companhia a liquidar a última prestação da 1ª tranche em 11 de junho de 2020 e da 2ª tranche em 22 de setembro de 2020. O projeto inclui preliminarmente a construção de redes de baixa pressão para a conexão de novos clientes, principalmente residenciais e comerciais. O projeto também incluirá a reabilitação da rede, reduzindo a perda de gás, tais como reposição e reforço de rede, conexão, medidores e tubulações.

Em 24 de novembro de 2010, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao EIB no valor de EUR 100 milhões que foram distribuídos em duas tranches. O custo da 1ª tranche é de LIBOR 6M + 0,483% e o custo da 2ª tranche é de LIBOR 6M + 0,549%. O principal da dívida decorrente do contrato será pago em 12 prestações semestrais, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas, sendo que a primeira prestação da 1ª tranche venceu em 27 de novembro 2015 e a da 2ª tranche venceu em 15 de setembro de 2015, comprometendo-se a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia a liquidar a última prestação da 1ª tranche em 27 de maio de 2021 e da 2ª tranche em 15 de setembro de 2021. O projeto inclui preliminarmente a construção de redes de baixa pressão para a conexão de novos clientes, principalmente residenciais e comerciais. O projeto também incluirá a reabilitação da rede, reduzindo a perda de gás, tais como reposição e reforço de rede, conexão, medidores e tubulações.

- Debênture

Em 15 de setembro de 2013, foram emitidas debêntures referente à 3ª emissão de debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, em três séries no montante total de R\$ 540 milhões, destinaram-se, prioritariamente, para o pagamento de notas promissórias comerciais, emitidas em 01 de março de 2013 ("Notas Comerciais"), sendo que os recursos captados mediante a emissão das Notas Comerciais foram destinados para o financiamento do programa de investimento da expansão, manutenção e suporte da rede de distribuição de gás natural, bem como conexão de novos clientes da Emissora, na região do Vale do Paraíba, baixada santista, região metropolitana de São Paulo e interior do estado, sendo destinados ainda a projetos de tecnologia da informação da Companhia.

Em 15 de dezembro de 2015, foram emitidas debêntures referente à 4ª emissão de debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados em três séries, no montante total de R\$ 592 milhões, destinaram-se, prioritariamente, ao financiamento do plano de expansão e do plano de suporte, e inclui investimentos em projetos de tecnologia da informação de forma a dar o suporte ao plano de expansão e ao plano de suporte. Os projetos de investimento contemplam a construção de novas redes de distribuição de gás natural, além de investimentos para a renovação de redes, ramais, conjunto de regulação, remanejamento e reforços de redes, no âmbito do plano de suporte da Companhia.

Em 15 de dezembro de 2016, foram emitidas debêntures referente à 5ª emissão de debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados em série única, no montante total de R\$ 675 milhões, destinaram-se, prioritariamente, ao financiamento do plano de expansão e do plano de suporte, e inclui investimentos em projetos de tecnologia da informação de forma a dar o suporte ao plano de expansão e ao plano de suporte. Os projetos de investimento contemplam a construção de novas redes de distribuição de gás natural, além de investimentos para a renovação de redes, ramais, conjunto de regulação, remanejamento e reforços de redes, no âmbito do plano de suporte da Companhia.

- The Bank of Nova Scotia

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Companhia celebrou um financiamento, em 09 de março de 2015, com The Bank of Nova Scotia, por meio de um contrato de empréstimo de USD 75 milhões, com incidência de juros à taxa de 2,3630% ao ano, com vencimento em 12 de março de 2018. Trata-se de um contrato que não conta com qualquer estrutura de garantias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Companhia celebrou um financiamento, em 06 de fevereiro de 2013, com Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, por meio de um contrato de empréstimo de USD 50 milhões, com incidência de juros à taxa de 2,21% ao ano até 10 de fevereiro de 2014 e à taxa de 2,46% ao ano até o vencimento em 08 de fevereiro de 2018. Trata-se de um contrato que não conta com qualquer estrutura de garantias.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. Contudo, os Diretores esclarecem que, atualmente, o BNDES e o EIB podem ser considerados credores mais favorecidos, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de fianças bancárias.

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os Diretores da Companhia informam que cinco contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*covenants*) mínimos, conforme descritos abaixo:

- Contrato celebrado entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia de 12 de março de 2015

A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses: deverá ser igual ou menor que 4. Em 31 de dezembro de 2016 este índice correspondia a 0,67, enquanto em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,78 e em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 1,28.

A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses: deverá ser igual ou menor que 0,6. Em 31 de dezembro de 2016 este índice correspondia a 0,13, enquanto em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,18 e em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 0,17.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Contrato celebrado entre a Companhia e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, em 06 de fevereiro de 2013

A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses: deverá ser igual ou menor do que 3,75. Em 31 de dezembro de 2016, este índice correspondia a 0,67, enquanto em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,78 e em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 1,28.

A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses: deverá ser igual ou menor que 0,55. Em 31 de dezembro de 2016, este índice correspondia a 0,13, enquanto em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,18 e em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 0,17.

- 3ª emissão de debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações da Companhia, emitida em 16 de outubro de 2013

A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses deverá ser igual ou menor do que 4,00. Em 31 de dezembro de 2016, este índice correspondia a 0,67, enquanto em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,78 e em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 1,28.

A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) deverá ser igual ou menor do que 0,60. Em 31 de dezembro de 2016, este índice correspondia a 0,13, enquanto em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,18 e em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 0,17.

- 4ª emissão de debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações da Companhia, emitida em 15 de dezembro de 2015

A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses deverá ser igual ou menor do que 4,00. Em 31 de dezembro de 2016, este índice correspondia a 0,67, enquanto em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,78 e em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 1,28.

A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses deverá ser igual ou menor do que 0,60. Em 31 de dezembro de 2016, este índice correspondia a 0,13, enquanto em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,18 e em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 0,17.

- 5ª emissão de debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações da Companhia, emitida em 15 de dezembro de 2016

A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses deverá ser igual ou menor do que 4,00. Em 31 de dezembro de 2016, este índice correspondia a 0,67, enquanto em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,78 e em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 1,28.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses deverá ser igual ou menor do que 0,60. Em 31 de dezembro de 2016, este índice correspondia a 0,13, enquanto em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,18 e em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 0,17.

G. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2016, havia um total de R\$ 4.070 milhões em linhas de financiamento contratadas e desembolsadas com bancos (inclusive BNDES e EIB), tanto no curto como no longo prazo, enquanto em 31 de dezembro de 2015 e 2014 havia um total de R\$ 3.823 milhões e R\$ 3.133 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, havia valores de contratos assinados que ainda não tinham sido desembolsados pela Companhia, que era de R\$ 256 milhões, 6% do total das linhas de financiamento contratadas. Em 31 de dezembro de 2015, havia valores de contratos assinados que ainda não tinham sido desembolsados pela Companhia, no valor de R\$ 371 milhões, 10% do total das linhas de financiamento contratadas, enquanto em 31 de dezembro de 2014 o valor de contratos assinados que ainda não tinham sido desembolsados era de R\$ 66,8 milhões, representando 2,1% dos financiamentos contratados. Nestes volumes não estão incluídos os valores disponíveis em linhas de crédito que a Companhia dispõe junto aos bancos com os quais mantém relacionamento, pois estes dados não são controlados da Companhia. Instrumentos financeiros derivativos são contratados com caráter único e exclusivo de proteção de dívida (atualmente a Companhia utiliza instrumentos derivativos para proteção das dívidas em moeda estrangeira).

H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os Diretores informam que o resumo das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 foi extraído das demonstrações financeiras preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

Desde 1º de janeiro de 2013, a Companhia passou a adotar o pronunciamento revisado CPC 33 (R1) correspondente ao IAS 19 (R) – *Employee benefits*, cujas alterações eliminam o método do “corredor”; racionalizam as alterações entre o ativo e o passivo dos planos, reconhecendo no resultado do período o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano e no lucro abrangente as mensurações de ganhos e perdas, e retorno do ativo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(excluindo o montante dos juros sobre retorno de ativos reconhecidos no resultado) e as mudanças no efeito do teto do plano.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

	31/12/2015	AV	31/12/2016	AV	AH
Receita Líquida de Vendas	6.597.017	100,00%	5.657.246	100,00%	-14,25%
Vendas de gás	6.151.930	93,25%	5.272.254	93,19%	-14,30%
Receita de construção - ICPC 01	408.086	6,19%	339.025	5,99%	-16,92%
Outras receitas	37.001	0,56%	45.967	0,81%	24,23%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.580.204	-69,43%	-3.174.134	-56,11%	-30,70%
Custo do gás	-3.525.522	-53,44%	-2.231.897	-39,45%	-36,69%
Transporte e outros	-646.596	-9,80%	-603.212	-10,66%	-6,71%
Construção - ICPC 01	-408.086	-6,19%	-339.025	-5,99%	-16,92%
Resultado Bruto	2.016.813	30,57%	2.483.112	43,89%	23,12%
Despesas/Receitas Operacionais	-846.266	-12,83%	-907.426	-16,04%	7,23%
Despesas com Vendas	-145.291	-2,20%	-158.136	-2,80%	8,84%
Despesas Gerais e Administrativas	-694.859	-10,53%	-722.853	-12,78%	4,03%
Outras Receitas Operacionais	1776	0,03%	14.628	0,26%	723,65%
Outras Despesas Operacionais	-7.892	-0,12%	-41.065	-0,73%	420,34%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.170.547	17,74%	1.575.686	27,85%	34,61%
Resultado Financeiro	-181.889	-2,76%	-263.169	-4,65%	44,69%
Receitas Financeiras	238.620	3,62%	292.408	5,17%	22,54%
Despesas Financeiras	-420.509	-6,37%	-555.577	-9,82%	32,12%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	988.658	14,99%	1.312.517	23,20%	32,76%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-289.806	-4,39%	-411.418	-7,27%	41,96%
Lucro Líquido do Exercício	698.852	10,59%	901.099	15,93%	28,94%

RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

A Receita Líquida de venda de Bens e/ou Serviços da Companhia passou de R\$ 6.597.017 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 5.657.246 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 14,25%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**A. VENDA DE GÁS**

As vendas de gás passaram de R\$ 6.151.930 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 5.272.254 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 14,30%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela queda no volume e pelas atualizações das tarifas de acordo com as Deliberações nº 575 (maio/15), nº 648 (mai/16) e nº 670 (out/16) da ARSESP.

B. RECEITA DE CONSTRUÇÃO – ICPC 01

A receita de construção passou de R\$ 408.086, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 339.025 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 16,92% devido principalmente ao menor nível de investimentos feitos pela Companhia.

CUSTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$ 4.580.204, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 3.174.134 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 30,70%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. CUSTO DO GÁS / TRANSPORTE E OUTROS

O custo do gás passou de R\$ 3.525.522, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 2.231.897 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 36,69%.

Os Diretores entendem que essas variações ocorreram principalmente pela redução do custo médio unitário do gás em razão da queda do dólar na comparação entre os períodos.

B. CONSTRUÇÃO – ICPC 01

O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 408.086, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 339.025 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 16,92%, que acompanha o decréscimo na receita de construção ICPC 01, comentado anteriormente.

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto da Companhia passou de R\$ 2.016.813, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 2.483.112 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 23,12%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido a redução do custo médio unitário do gás, fruto principalmente da queda do preço do petróleo e da variação negativa da taxa do dólar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS**

As despesas/receitas operacionais da Companhia passaram de R\$ 846.266, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 907.426 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representado um acréscimo de 7,23%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas passaram de R\$ 145.291, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 158.136 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 8,84% justificado pelas maiores despesas com provisões para devedores duvidosos, contingências e despesas com consultoria e assessoria.

B. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 694.859, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 722.853 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 4,03%, principalmente pelo aumento das despesas com serviços administrativos e consultoria e assessoria, amenizados pela diminuição das despesas com pessoal.

C. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais passaram de R\$ 1.776, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 14.628 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 723,65%, devido ao reconhecimento dos créditos extemporâneos sobre PIS/COFINS referente a ano de 2015 e o maior volume de venda de ativos tratados como sucata ao longo do período comparado.

As outras despesas operacionais passaram de R\$ 7.892, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 41.065 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 420,34%, em decorrência das baixas de projetos descontinuados e por conta da maior baixa de ativos realizada ao longo do período comparado.

RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS

O resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia passou de R\$ 1.170.547, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.575.686 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 34,61% devido aos motivos citados anteriormente.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 181.889, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 263.169 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 44,69%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**A. RECEITAS FINANCEIRAS**

As receitas financeiras passaram de R\$ 238.620 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 292.408 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 22,54%, devido aos rendimentos de aplicações financeiras associados ao maior nível de caixa pela Companhia e pela capitalização dos juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social, devido a mudança de estimativa para fins fiscais decorrentes da revisão de suas bases de cálculo, exercícios 2011, 2012 e 2013, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás.

B. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras passaram de R\$ 420.509, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 555.577 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 32,12%, principalmente pelo maior nível de dívida líquida e pelas maiores taxas de juros apresentadas ao longo do exercício 2016.

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

O resultado antes dos tributos sobre o lucro passou de R\$ 988.658 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.312.517 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 32,76%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e contribuição social sobre lucro passou de R\$ 289.806, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 411.418 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 41,96%. Este acréscimo reflete o crescimento apresentado no período comparado.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

Como efeito desse desempenho, o lucro líquido obteve crescimento de 28,94%, passando de R\$ 698.852 no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 901.099 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>31/12/2014</u>	<u>AV</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>AV</u>	<u>AH</u>
Receita Líquida de Vendas	6.387.103	100,00%	6.597.017	100,00%	3,29%
Vendas de gás	5.865.164	91,83%	6.151.930	93,25%	4,89%
Receita de construção - ICPC 01	481.314	7,54%	408.086	6,19%	-15,21%
Outras receitas	40.625	0,64%	37.001	0,56%	-8,92%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.494.910	-70,37%	-4.580.204	-69,43%	1,90%
Custo do gás	-3.580.552	-56,06%	-3.525.522	-53,44%	-1,54%
Transporte e outros	-433.044	-6,78%	-646.596	-9,80%	49,31%
Construção - ICPC 01	-481.314	-7,54%	-408.086	-6,19%	-15,21%
Resultado Bruto	1.892.193	29,63%	2.016.813	30,57%	6,59%
Despesas/Receitas Operacionais	-842.306	-13,19%	-846.266	-12,83%	0,47%
Despesas com Vendas	-116.592	-1,83%	-145.291	-2,20%	24,61%
Despesas Gerais e Administrativas	-714.849	-11,19%	-694.859	-10,53%	-2,80%
Outras Receitas Operacionais	983	0,02%	1.776	0,03%	80,67%
Outras Despesas Operacionais	-11.848	-0,19%	-7.892	-0,12%	-33,39%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.049.887	16,44%	1.170.547	17,74%	11,49%
Resultado Financeiro	-193.025	-3,02%	-181.889	-2,76%	-5,77%
Receitas Financeiras	111.485	1,75%	238.620	3,62%	114,04%
Despesas Financeiras	-304.510	-4,77%	-420.509	-6,37%	38,09%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	856.862	13,42%	988.658	14,99%	15,38%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-245.261	-3,84%	-289.806	-4,39%	18,16%
Lucro Líquido do Exercício	611.601	9,58%	698.852	10,59%	14,27%

RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

A Receita Líquida de venda de Bens e/ou Serviços da Companhia passou de R\$ 6.387.103, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 6.597.017 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 3,29%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

A. VENDA DE GÁS

As vendas de gás passaram de R\$ 5.865.164, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 6.151.930 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

representando um aumento de 4,89%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelas atualizações das tarifas de acordo com as deliberações, no 534 (dezembro/14) e no 575 (maio/15) da ARSESP.

B. RECEITA DE CONSTRUÇÃO – ICPC 01

A receita de construção passou de R\$ 481.314, no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 408.086 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 15,21%, devido principalmente ao menor nível de investimentos feitos pela Companhia.

CUSTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$ 4.494.910, no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 4.580.204 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 1,90%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. CUSTO DO GÁS / TRANSPORTE E OUTROS

O custo do gás passou de R\$ 3.580.552, no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 3.525.522 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 1,54%. O custo de transporte e outros passou de R\$ 433.044 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 646.596 no período findo em 31 de dezembro de 2015, representando acréscimo de 49,31%. Os Diretores entendem que essas variações ocorreram principalmente pelos seguintes motivos:

- O decréscimo no custo do gás ocorreu em virtude do preço ser atrelado ao MMBTU, cujo preço sofreu forte queda durante 2015, sendo amenizado pela alta do dólar neste mesmo período.
- O acréscimo no custo do transporte ocorreu em virtude do preço ser atrelado somente ao dólar, que teve forte alta durante o período de 2015.

B. CONSTRUÇÃO – ICPC 01

O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 481.314, no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 408.086 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 15,21%, que acompanha o decréscimo na receita de construção ICPC 01, comentado anteriormente.

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto da Companhia passou de R\$ 1.892.193, no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 2.016.813 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 6,59%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido ao aumento na receita líquida, fruto principalmente de reajustes tarifários, apesar de maiores custos com transporte no mesmo período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS**

As despesas/receitas operacionais da Companhia passaram de R\$ 842.306 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 846.266 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 0,47%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas passaram de R\$ 116.592 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 145.291 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 24,61% justificado pela inflação acumulada no período em conjunto com aumentos nas despesas com pessoal, e aumentos pontuais nas provisões para devedores duvidosos.

B. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 714.849 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 694.859 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 2,80%, principalmente por conta da amortização acelerada de alguns ativos que foram totalmente amortizados ao longo de 2014.

C. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais passaram de R\$ 983 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.776 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 80,67%, principalmente pelo maior volume de venda de ativos tratados como sucata ao longo de 2015.

As outras despesas operacionais passaram de R\$ 11.848 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 7.892 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 33,39%, principalmente por conta da maior baixa de ativos realizada ao longo de 2014.

RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS

O resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia passou de R\$ 1.049.887 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.170.547 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 11,49% devido aos motivos citados anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 193.025 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para uma despesa de R\$ 181.889 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 5,77%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras passaram de R\$ 111.485 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 238.620 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 114,04%, devidos aos rendimentos de aplicações financeiras associados ao maior nível de caixa pela Companhia ao longo de 2015 e juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social, devido a mudança de estimativa para fins fiscais decorrente da revisão de sua base de cálculo, aplicando as taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes a rede de distribuição de gás.

B. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras passaram de R\$ 304.510 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 420.509 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 38,09%, especialmente por conta de maiores taxas de juros apresentadas ao longo do período, justificada pelo aumento da SELIC entre os períodos citados, a qual impactou diretamente todas as dívidas atreladas ao CDI, associado ao maior nível de endividamento.

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

O resultado antes dos tributos sobre o lucro passou de R\$ 856.862 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 988.658 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 15,38%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e contribuição social sobre lucro passaram de R\$ 245.261 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 289.806 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 18,16%. Este acréscimo reflete o crescimento apresentado no resultado de 2015 em relação a 2014.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

Como efeito desse desempenho, o lucro líquido obteve crescimento de 14,27%, passando de R\$ 611.601 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 698.852 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente ao aumento da receita líquida no período, à manutenção das despesas em níveis praticamente estáveis e à melhora do resultado financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Ativo	31 de dezembro 2015	AV	31 de dezembro de 2016	AV	AH
Circulante					
Caixa, equivalentes de caixa e TVM	1.967.643	22,19%	2.310.821	26,66%	17,44%
Contas a receber - clientes	513.981	5,80%	479.751	5,53%	-6,66%
Estoques	134.347	1,51%	114.745	1,32%	14,59%
Impostos a recuperar	117.064	1,32%	59.306	0,68%	49,34%
Instrumentos financeiros derivativos	26.954	0,30%	17.771	0,20%	34,07%
Partes relacionadas	1.240	0,01%	1.049	0,01%	15,40%
Outros	28.751	0,32%	29.393	0,34%	2,23%
	<u>2.789.980</u>	<u>31,46%</u>	<u>3.012.836</u>	<u>34,75%</u>	<u>7,99%</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	37.036	0,42%	33.671	0,39%	-9,09%
Transporte pago e não utilizado	204.725	2,31%	244.006	2,81%	19,19%
Impostos a recuperar	13.540	0,15%	12.624	0,15%	-6,77%
Instrumentos financeiros derivativos	638.078	7,20%	419.366	4,84%	34,28%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	593.443	6,69%	296.757	3,42%	49,99%
Depósitos judiciais	43.495	0,49%	49.255	0,57%	13,24%
Outros	1.343	0,02%	1.421	0,02%	5,81%
	<u>1.531.660</u>	<u>17,27%</u>	<u>1.057.100</u>	<u>12,19%</u>	<u>30,98%</u>
Intangível	<u>4.546.391</u>	<u>51,27%</u>	<u>4.598.856</u>	<u>53,05%</u>	<u>1,15%</u>
	<u>6.078.051</u>	<u>68,54%</u>	<u>5.655.956</u>	<u>65,25%</u>	<u>-6,94%</u>
Total do ativo	<u><u>8.868.031</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>8.668.792</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>-2,25%</u></u>

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante da Companhia passou de R\$ 2.789.980 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.012.836 em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 7,99%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelas variações nas contas de caixa e equivalentes de caixa, especificamente no saldo de aplicações financeiras, impostos a recuperar em decorrência da revisão de suas bases de cálculo de IR e CSLL, exercícios de 2011, 2012 e 2013, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás e instrumentos financeiros derivativos, amenizadas pela variação das contas de contas a receber.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ATIVO NÃO CIRCULANTE**

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 6.078.051 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 5.655.956 no mesmo período em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 6,94%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente:

- 1) Pelas variações nas contas de instrumentos financeiros derivativos, nas quais estão registrados os resultados líquidos das operações de hedge das dívidas em moedas estrangeiras, favoráveis para a Companhia no período comparado em virtude da redução da cotação do dólar, liquidação dos fluxos das operações no período apresentado;
- 2) Pela variação na conta imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrente da revisão das apurações de exercícios anteriores, com a aplicação da taxa de vida útil prevista na legislação de imposto de renda IN 162/98; e
- 3) Amenizados pela variação na conta de transporte pago e não utilizado, devido ao pagamento anual das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (por meio de consumo) ao longo do período de vigência do contrato de gás.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Ativo	31 de dezembro de 2014	AV	31 de dezembro 2015	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	973.707	12,74%	1.967.643	22,19%	102,08%
Contas a receber - clientes	587.269	7,69%	485.994	5,48%	-17,25%
Outras contas a receber	20.939	0,27%	35.679	0,40%	70,39%
Estoques	125.406	1,64%	134.347	1,51%	7,13%
Transporte pago e não utilizado	5.442	0,07%	0	0,00%	-100,00%
Impostos a recuperar	115.485	1,51%	117.064	1,32%	1,37%
Instrumentos financeiros derivativos	-		26.954	0,30%	
Partes relacionadas	1.319	0,02%	1.240	0,01%	-5,99%
Outros	21.381	0,28%	21.059	0,24%	-1,51%
	1.850.948	24,23%	2.789.980	31,46%	50,73%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	36.993	0,48%	37.036	0,42%	0,12%
Transporte pago e não utilizado	158.244	2,07%	204.725	2,31%	29,37%
Impostos a recuperar	17.107	0,22%	13.540	0,15%	-20,85%
Instrumentos financeiros derivativos	335.058	4,39%	638.078	7,20%	90,44%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	799.051	10,46%	593.443	6,69%	-25,73%
Depósitos judiciais	42.029	0,55%	43.495	0,49%	3,49%
Outros	1.704	0,02%	1.343	0,02%	-21,19%
	1.390.186	18,20%	1.531.660	17,27%	10,18%
Intangível					
	4.399.290	57,58%	4.546.391	51,27%	3,34%
	5.789.476	75,77%	6.078.051	68,54%	4,98%
Total do ativo	7.640.424	100,00%	8.868.031	100,00%	16,07%

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante da Companhia passou de R\$ 1.850.948 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 2.789.980 em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 50,73%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelas variações nas contas de caixa e equivalentes de caixa, especificamente no saldo de aplicações financeiras no exercício em virtude da geração de caixa durante 2015 e das captações de debêntures em dezembro de 2015.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.789.476 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 6.078.051 no mesmo período em 31 de dezembro de 2015, representando um

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

acréscimo de 4,98%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente:

- 1) Pelas variações nas contas de instrumentos financeiros derivativos, nas quais estão registrados os resultados líquidos das operações de hedge das dívidas em moedas estrangeiras, favoráveis para a Companhia no período comparado em virtude do recente aumento da cotação do dólar;
- 2) Pela variação na conta de transporte pago e não utilizado devido ao pagamento anual das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (por meio de consumo) ao longo do período de vigência do contrato de gás;
- 3) Pela variação na conta imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da revisão das apurações de exercícios anteriores, com a aplicação da taxa de vida útil prevista na legislação do imposto de renda; e
- 4) Pela variação na conta intangível, em decorrência dos investimentos em programas de expansão de rede e conexão de novos clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro 2015	AV	31 de dezembro de 2016	AV	AH
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	548.326	6,18%	411.266	4,74%	-25,00%
Debêntures não conversíveis	28.397	0,32%	71.443	0,82%	151,59%
Fornecedores	1.302.397	14,69%	1.226.634	14,15%	-5,82%
Outros passivos financeiros	-	-	1.943	0,02%	-100,00%
Partes relacionadas	3.095	0,03%	7.528	0,09%	143,23%
Salários e encargos sociais	60.523	0,68%	58.100	0,67%	-4,00%
Impostos e contribuições a recolher	96.279	1,09%	133.830	1,54%	39,00%
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.426	0,04%	70.781	0,82%	1966,00%
Adiantamento de clientes e outros	1.006	0,01%	908	0,01%	-9,74%
Outras contas a pagar	4.525	0,05%	2.712	0,03%	-40,07%
	<u>2.047.974</u>	<u>23,09%</u>	<u>1.985.145</u>	<u>22,90%</u>	<u>-3,07%</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.076.551	23,42%	1.710.897	19,74%	-17,61%
Debêntures não conversíveis	1.169.793	13,19%	1.876.469	21,65%	60,41%
Adiantamento de clientes e outros	21.815	0,25%	19.502	0,22%	-10,60%
Obrigações com benefícios de aposentadoria	295.698	3,33%	397.916	4,59%	34,57%
Provisão para contingências	74.798	0,84%	88.114	1,02%	17,80%
	<u>3.638.655</u>	<u>41,03%</u>	<u>4.092.898</u>	<u>47,21%</u>	<u>12,48%</u>
Total do passivo	<u>5.686.629</u>	<u>64,13%</u>	<u>6.078.043</u>	<u>70,11%</u>	<u>6,88%</u>
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	1.143.548	12,90%	1.312.376	15,14%	14,76%
Reservas de capital	563.961	6,36%	395.133	4,56%	-29,94%
Reservas de reavaliação	6.363	0,07%	6.052	0,07%	-4,89%
Reservas de lucro	1.525.230	17,20%	990.900	11,43%	-35,03%
Lucros acumulados			0	0,00%	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-57.700	-0,65%	-113.712	-1,31%	97,07%
	<u>3.181.402</u>	<u>35,87%</u>	<u>2.590.749</u>	<u>29,89%</u>	<u>-18,57%</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>8.868.031</u>	<u>100,00%</u>	<u>8.668.792</u>	<u>100,00%</u>	<u>-2,25%</u>

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante da Companhia passou de R\$ 2.047.974 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.985.145 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 3,07%. Os Diretores da Companhia entendem que essa pequena variação ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 1) Empréstimos e financiamentos, por conta da liquidação de contratos de empréstimos e variação na taxa do dólar;
- 2) Fornecedores, devido ao processo destacado no item 4.5 do Formulário de Referência, que possibilitou à Companhia não pagar parte do custo do gás discutido em juízo com a Petrobrás;
- 3) Debêntures não conversíveis, pela 5ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia, e reflexo da variação monetária no saldo principal;
- 4) Impostos e contribuições sociais a recolher, reflexo da melhora de 28,94% no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2016 quando comparado ao resultado de 31 de dezembro de 2015; e
- 5) Dividendos e juros sobre o capital próprio, pelo registro dos dividendos mínimos obrigatórios e crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.638.655 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 4.092.898 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 12,48%. Os Diretores da Companhia entendem que essa pequena variação ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de:

- 1) Debêntures não conversíveis, pela 5ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia citadas anteriormente;
- 2) Obrigações com benefícios de aposentadoria, conforme avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final de cada exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros; e
- 3) Empréstimos e financiamentos, por conta da liquidação de contratos de empréstimos e variação na taxa do dólar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 3.181.402 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.590.749 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 18,57%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido ao pagamento de dividendos em fevereiro de 2016 no montante de R\$1.2 bilhões originários de retenção de lucros sendo amenizado pelo resultado apurado no exercício de 2016 no montante de R\$ 901 milhões demonstrados na variação da conta reserva de lucros.

O capital social passou de R\$ 1.143.548 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.312.376 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 14,76%. Os Diretores entendem que esta variação deve-se ao aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828, mediante a capitalização da reserva especial de ágio, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2014	AV	31 de dezembro 2015	AV	AH
Circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	4.960	0,06%	-		-100,00%
Empréstimos e financiamentos	456.634	5,98%	548.326	6,18%	20,08%
Debêntures não conversíveis	10.031	0,13%	28.397	0,32%	183,09%
Fornecedores	848.770	11,11%	1.302.397	14,69%	53,45%
Partes relacionadas	8.612	0,11%	3.095	0,03%	-64,06%
Provisões trabalhistas, salários e encargos	49.649	0,65%	60.523	0,68%	21,90%
Impostos e contribuições a recolher	95.687	1,25%	96.279	1,09%	0,62%
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.196	0,25%	3.426	0,04%	-82,15%
Adiantamento de clientes e outros	1.067	0,01%	1.006	0,01%	-5,72%
Outras contas a pagar	2.766	0,04%	4.525	0,05%	63,59%
	1.497.372	19,60%	2.047.974	23,09%	36,77%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.098.097	27,46%	2.076.551	23,42%	-1,03%
Debêntures não conversíveis	568.584	7,44%	1.169.793	13,19%	105,74%
Adiantamento de clientes e outros	25.580	0,33%	21.815	0,25%	-14,72%
Obrigações com benefícios de aposentadoria	278.562	3,65%	295.698	3,33%	6,15%
Provisão para contingências	63.367	0,83%	74.798	0,84%	18,04%
	3.034.190	39,71%	3.638.655	41,03%	19,92%
Total do passivo	4.531.562	59,31%	5.686.629	64,13%	25,49%
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	1.002.858	13,13%	1.143.548	12,90%	14,03%
Reservas de capital	704.651	9,22%	563.961	6,36%	-19,97%
Reservas de reavaliação	7.523	0,10%	6.363	0,07%	-15,42%
Reservas de lucro	1.452.647	19,01%	1.525.230	17,20%	5,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	-58.817	-0,77%	-57.700	-0,65%	-1,90%
	3.108.862	40,69%	3.181.402	35,87%	2,33%
Total do passivo e patrimônio líquido	7.640.424	100,00%	8.868.031	100,00%	16,07%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**PASSIVO CIRCULANTE**

O passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.497.372 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 2.047.974 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 36,77%. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de:

- 1) Aumento do saldo de fornecedores, devido a processo destacado no item 4.5 do Formulário de Referência, que possibilitou à Companhia não pagar parte do custo do gás discutido em juízo com a Petrobrás; e
- 2) Empréstimos e financiamentos, por conta da contratação de novos empréstimos, bem como pelo aumento da taxa SELIC no período.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.034.190 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3.638.655 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 19,92%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente na linha das debêntures referente a 4ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia, captadas em três séries, totalizando R\$ 591.894.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 3.108.862 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3.181.402 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 2,33%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pela incorporação do lucro do exercício de 2015. O aumento do capital social se deu por reservas de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentários dos nossos Diretores sobre:

A. Resultado das Nossas Operações

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelas Vendas de Gás, Receita de Construção e Outras receitas (-) Impostos e contribuições sobre vendas.

A receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 5.657 milhões, representando um decréscimo de 14,25% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (6.597 milhões).

A receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 6.597 milhões, representando um aumento de 3,29% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (6.387 milhões).

As operações da Companhia se baseiam na premissa da garantia da entrega do gás com segurança, qualidade e confiabilidade, com investimentos contínuos na expansão e modernização. Isso se traduz no número de clientes que, em 31 de dezembro de 2016, chegou a 1,68 milhão, sendo que 111 mil novos consumidores foram conectados nos últimos 12 (doze) meses, com investimentos de R\$ 463,6 milhões de reais no exercício.

Em 2015, a Companhia chegou a 1,57 milhão de clientes na base, sendo que 113 mil novos consumidores foram conectados durante o ano, com investimentos de R\$ 521,3 milhões de reais no período. Em 2014, a Companhia atingiu 1,4 milhão de clientes na base, sendo 126 mil novos consumidores no ano, adicionando 1,6 mil quilômetros de rede de distribuição, e o volume de recursos investidos foi de R\$ 662 milhões no ano.

O volume total de gás distribuído no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, obteve um decréscimo de 17,0% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de 5.211 milhões para 4.323 milhões de metros cúbicos.

Os Diretores da Companhia entendem que a redução deveu-se principalmente a crise econômica e política que impactou de forma negativa a atividade industrial. O destaque positivo ficou com os mercados residencial e comercial que apresentaram crescimentos de 16,9% e 6,3% respectivamente, explicados principalmente pela adição de novos consumidores e pela recuperação do consumo unitário médio, em decorrência do fim da crise hídrica, uma vez que houve melhora significativa nos reservatórios de água.

O volume total de gás distribuído no período findo em 31 de dezembro de 2015 obteve um decréscimo de 4,5% quando comparado ao mesmo período de 2014, passando de 5.459 milhões para 5.211 milhões de metro cúbicos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os Diretores da Companhia entendem que a redução deveu-se principalmente a desaceleração da economia no Brasil, além de refletir os atuais problemas de competitividade na indústria nacional, bem como ao menor consumo de água o período por conta da crise hídrica no Estado de São Paulo, impactando negativamente o consumo nas residências com aquecedor a gás.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados das operações da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 foram materialmente afetados pelos reajustes tarifários.

Em maio de 2013, pela Deliberação ARSESP nº 421, a agência reguladora autorizou um reajuste dos valores das margens de distribuição, do custo médio ponderado do gás e do transporte e sobre o repasse das variações dos preços do gás e do transporte fixados nas tarifas. Além disto, também houve um reajuste das tabelas tarifárias a serem aplicadas pela Companhia.

O reajuste variou de 6,28% a 6,77% para clientes residenciais; de 6,01% a 6,24% para o segmento industrial; de 6,22% a 6,66% para clientes comerciais; e de 8,86% a 9,05% para os postos de GNV. Esse reajuste considerou uma inflação (IGPM – Índice Geral de Preços ao Mercado) de 7,2980% no período e um fator X de 0,82%, resultando em um ajuste líquido para as margens da Comgás, de 6,4780%.

Um reajuste extraordinário foi autorizado no início de dezembro de 2013, levando em consideração a atualização do custo do gás natural importado. Também influenciou no reajuste o incremento dos preços médios do gás adquirido nos leilões de gás da Petrobrás.

Os reajustes impactaram positivamente o resultado operacional da Companhia no ano de 2013.

Em maio de 2014, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), pela Deliberação nº 494, decidiu adiar o processo de revisão tarifária da Companhia, previsto para ocorrer até maio de 2014, para 30 de janeiro de 2015.

Segundo a Deliberação, somente em fevereiro de 2014, em razão de dificuldades encontradas pela ARSESP, foi possível concluir o processo de contratação de consultoria especializada para assessorar a ARSESP no referido processo de revisão tarifária e iniciar em março de 2014 os seus trabalhos. Em consequência, até a data prevista para conclusão do processo de revisão tarifária não houve tempo hábil para as definições metodológicas, análise de dados da Concessionária e a proposição das margens máximas de comercialização para o novo ciclo tarifário 2014-2019, inclusive a realização das consultas e audiências públicas, de modo a permitir a necessária transparência e publicidade do processo.

No mesmo dia do anúncio do adiamento da revisão tarifária, a ARSESP publicou a Deliberação nº 496, que dispõe sobre o ajuste provisório das margens de distribuição da Companhia e vigorará entre maio de 2014 e o final do processo da revisão tarifária, o qual era previsto para

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

janeiro de 2015. Esse reajuste considerou uma inflação (IGPM – Índice Geral de Preços ao Mercado) de 5,27% no período e um fator X de 0,55%, ambos proporcionais a 8/12 avos dos índices dos últimos 12 (doze) meses, uma vez que a revisão tarifária foi postergada por oito meses, resultando em um ajuste líquido de 4,72%. Considerando o ajuste das margens pela inflação menos o fator X, a atualização do custo do gás e o repasse da conta corrente, a média do reajuste nas tarifas ocorrido em maio de 2014 foi de 2,6% no segmento residencial, 1,2% no segmento comercial, -0,6% na indústria e 4,3% nos postos de GNV.

Nova Deliberação, de nº 533, foi publicada pela ARSESP em 10 de dezembro de 2014, prorrogando o prazo da revisão tarifária para 31 de maio de 2015. Por conta do novo prazo, a agência decidiu complementar o reajuste inflacionário com os 4/12 que não foram considerados no reajuste autorizado na Deliberação nº 496, e, portanto, as margens da Companhia tiveram um reajuste líquido de 2,33%. Na mesma data, a ARSESP publicou a Deliberação nº 534 atualizando o custo do gás e o repasse da conta corrente. Esses dois impactos, em conjunto com o ajuste da margem pela inflação descrito acima, resultaram nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás: aumento médio de 2,2% nos segmentos residencial e comercial, 2,0% no segmento industrial e 3,8% para os postos de GNV.

Os reajustes das margens pela inflação impactaram positivamente o resultado operacional da Companhia no ano de 2014. Vale lembrar que em maio de 2014, conforme explicado acima, a ARSESP aprovou um repasse parcial do IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, fazendo o repasse integral apenas em dezembro, e essa defasagem de inflação entre maio e dezembro de 2014 causou um impacto negativo no resultado da Companhia. Em 9 de maio de 2015, a ARSESP publicou a Deliberação nº 575, atualizando o custo do gás e o repasse da conta corrente. Esses dois impactos, em conjunto com o ajuste da nossa margem de distribuição pela inflação de 4,16%, resultaram nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás: aumento médio de 6,25% no segmento residencial, 7,7% no segmento comercial, 9,6% no segmento industrial e 9,2% para os postos de GNV.

Em 23 de maio de 2016, a ARSESP publicou Deliberação nº 648, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 31 de maio de 2016. Esta Deliberação resultou em redução nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 19,2% para o segmento industrial, 2,7% no segmento residencial, 5,6% no segmento comercial e 1,88% para o segmento GNV.

A ARSESP, por meio da Nota Técnica Nº RTG/01/2016 e do Aviso de Audiência Pública nº 04/2016 de 24 de novembro de 2016, retomou o processo de discussão da metodologia da revisão tarifária da Companhia. Em 15 de dezembro de 2016, o processo de discussão do WACC também foi retomado, por meio da Nota Técnica Nº RTG/02/2016 e do Aviso de Reabertura Consulta Pública Nº 02/2014.

Em 20 de Dezembro de 2016, a ARSESP publicou o Aviso de Suspensão das Consultas e Audiência Públicas Referentes ao Processo de Revisão Tarifária da Companhia, suspendendo o processo, por tempo indeterminado, em cumprimento a decisões judiciais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 31 de maio de 2017, a ARSESP publicou o Comunicado de Reabertura da Consulta Pública 02/2014, conforme decisão proferida na Reunião Extraordinária de Diretoria realizada em 29 de maio de 2017.

B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita operacional bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de R\$ R\$ 7.022 milhões e R\$ 8.089 milhões, respectivamente, apresentando decréscimo de 13,19% entre os exercícios. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelos reajustes tarifários autorizados pelo órgão regulador e pela crise econômica e política que impactou de forma negativa a atividade industrial.

A receita operacional bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi de R\$ 8.089 milhões e R\$ 7.840 milhões, respectivamente, apresentando acréscimo de 3,17% entre os exercícios. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelos reajustes de tarifas autorizados pelo órgão regulador em decorrência do aumento do preço do gás.

C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro.

Os Diretores da Companhia informam que as principais taxas indexadoras aplicáveis ao negócio da Companhia, nos últimos 3 (três) exercícios sociais são o IGP-M, CDI e TJLP:

- IGP-M: Tal índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”.
- CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.
- TJLP: Como a expansão da Companhia é baseada em financiamentos de longo prazo, que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço da dívida da Companhia.
- Taxas de câmbio: A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com sua política de tesouraria, devidamente protegidas (“*swapadas*”) para Reais indexados à CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia, aumentando suas despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não tem impacto material sobre o negócio da Companhia para os períodos apresentados.

Anualmente, o Órgão Regulador da Companhia (ARSESP) corrige a margem bruta da Companhia pela inflação registrada nos últimos 12 (doze) meses.

O principal insumo da Companhia, o gás natural, é precificado por MMBTU (*Million Metric British Thermal Units*) e cotado em USD. Todas as variações na moeda estrangeira ou no MMBTU impactam diretamente na margem bruta da Companhia. Essas variações são capturadas pela conta corrente regulatória que não é contabilizada, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico financeiro da Companhia. Esse mecanismo confere à Companhia uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Comentários dos nossos Diretores sobre os efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores.

A. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores informam que a Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores esclarecem que não houve nenhum dos eventos acima mencionados.

C. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores confirmam que não houve evento ou operação não usual nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Comentários dos nossos Diretores sobre:****A. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Os Diretores da Companhia informam que os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos para a Companhia:

OCPC 07 – “Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros”.

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia descrevem a seguir as principais mudanças e justificativas trazidas pela alteração indicada acima.

OCPC 07 – “Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros”. Trata-se dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

C. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores informam que os pareceres dos Auditores Independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, foram emitidos sem ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Comentários dos nossos Diretores sobre políticas contábeis críticas:

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça estimativas com base em premissas. Os Diretores informam que as estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

(a) Impairment do contas a receber

Os Diretores informam que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

Os Diretores esclarecem que a Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a perda estimada é registrada.

(b) Provisões

Os Diretores informam que as provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

Os Diretores esclarecem que são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Os Diretores informam, ainda, que as provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Apesar da possibilidade de resultados fora dos limites esperados nos últimos anos, os Diretores informam que a experiência da Companhia foi de que as estimativas utilizadas na determinação do nível adequado de disposições foram materialmente adequadas na antecipação de resultados reais.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os Diretores informam que a Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativos. A Companhia utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**(d) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

Os Diretores informam que a Companhia, em conjunto com seus atuários externos, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Os Diretores esclarecem que outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(e) Receita não faturada

Os Diretores esclarecem que a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Os Diretores informam que este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. Os Diretores da Companhia acreditam que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(f) Transporte pago e não utilizado

Os Diretores informam que, com base nas suas projeções de volumes a serem consumidos e nas regras vigentes dos contratos de Suprimento de Gás, entendem que atualmente a Companhia será capaz de utilizar integralmente os saldos registrados na rubrica "Transporte pago e não utilizado".

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Comentários dos nossos Diretores sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas.

A. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia informam que esta possui contratos de aluguel, conforme explicitado na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que este item é aplicável, uma vez que a Companhia possui linhas de financiamentos contratadas tanto no curto quanto no longo prazo, informados no item 10.1, letra "g" supra.

B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Comentários dos nossos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:****A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Os Diretores da Companhia informam que as despesas de alugueis impactam o resultado operacional, sendo registradas na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" na Demonstração de Resultado.

B. Natureza e o propósito da operação

Os Diretores informam que os alugueis de imóveis tem como propósito de comportar uma parcela das bases operacionais e administrativas da Companhia.

C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os Diretores da Companhia informam que as despesas de aluguel de imóveis foram reconhecidas durante o exercício de 2016 no montante de R\$ 5.201. Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	<u>31/12/2016</u>
Obrigações brutas de arrendamento - pagamentos mínimos de arrendamento	
Menos de um ano	2.798
Mais de um ano e menos de cinco anos	907
	<u>3.705</u>

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Comentários dos nossos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócio da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia.

A. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia investiu o montante de R\$ 464 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento, sendo o maior volume foi destinado à expansão da rede de distribuição de gás.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia investiu o montante de R\$ 521 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento. O maior volume foi destinado exatamente à expansão, quando foram construídos mais 1,2 mil quilômetros de redes.

A Companhia investiu em 2014 o montante de R\$ 662 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento. O maior volume foi destinado exatamente à expansão, quando foram construídos mais 1,6 mil quilômetros de redes.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que, para assegurar as condições financeiras necessárias à continuidade do ritmo de crescimento de suas operações nos próximos períodos, adicionalmente à sua geração própria de caixa, a Companhia também buscou novas linhas de financiamento por meio de empréstimos bilaterais firmados com bancos de fomento e bancos comerciais, nacionais e internacionais, e de outros instrumentos de captação no mercado de capitais e bancário (e.g., emissão de valores mobiliários, como, por exemplo, notas promissórias).

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou desinvestimentos previstos.

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

Os Diretores da Companhia afirmam que ao longo do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016 foram adicionados 1,024 mil quilômetros de rede, já em 2015 foram adicionados 1.203 quilômetros de rede para levar gás a novos consumidores.

Do total dos investimentos realizados durante o ano de 2016, aproximadamente 66% foi destinado à expansão da rede de distribuição de gás. Dentre os projetos realizados no ano

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

destacam-se: Campinas, Jundiaí, Guarulhos, Osasco, São José dos Campos, Campos do Jordão, Jacareí e Taubaté.

C. Novos produtos e serviços:

Os Diretores da Companhia informam que não há novos produtos e serviços relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Comentários dos nossos Diretores sobre outros fatores com influência relevante:**

Os Diretores da Companhia entendem que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais subitens.